

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO GERAL

03 de novembro de 2022

Nome	Representação	Rubricas
Elsa Maria Curto	Docente – Presidente	P
Carla Rosa	Docente	A
Maria Elisabete Linto	Docente	P
Maria Fátima Santos	Docente	P
Maria Isabel Quaresma	Docente	P
Paulo Gonçalves	Docente	P
Ricardo Carreira	Docente	P
Teresa Caldeira Ferreira	Docente	P
Ana Cristina Faustino	Não Docente	P
Susana Isidoro	Não Docente	P
Catarina Vargas	Pais e Encarregados de Educação	P
Lília Marquês	Pais e Encarregados de Educação	P
Sandra Teotónio	Pais e Encarregados de Educação	A
Beatriz Correia	Aluno	P
Maria Figueiredo	Aluno	P
Ana Sofia Godinho	Município de Óbidos	P
Filipe Daniel	Município de Óbidos	A
Margarida Reis	Município de Óbidos	P
Maria Guedes	Aces Oeste Norte	P
Marta Caetano	Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar - Peniche	A
Miguel Silvestre	OBITEC – Parque Tecnológico	P
Outros intervenientes	Representação	Rubrica
José Santos	Diretor do Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos	P

Aos três dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, na sala quatro, pelas dezoito horas, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos com a presença de todos os conselheiros, à exceção dos conselheiros Carla Rosa, Filipe Daniel, Marta Caetano e Sandra Teotónio. Também esteve presente, o Diretor do Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos, José Santos.

Ordem de trabalhos:

Ponto um - Informações;

Ponto dois - Análise e aprovação da ata da reunião nº6;

Ponto três - Aprovação da proposta de alteração ao Regulamento Interno, referente aos "Quadros de valor";

Ponto quatro - Deliberação sobre a recondução do diretor do Agrupamento Josefa de Óbidos; (cfr. art.º 25.º, n.º 2 e 3, do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril)

Ponto cinco - Outros assuntos.

A Presidente do Conselho Geral deu início à reunião, com o período antes da ordem do dia.

Ponto 1 - Informações.

A Presidente deu conta do teor das justificações apresentadas pelos conselheiros sobre a ausência a esta reunião. Assim, a conselheira Carla Rosa faltou por motivos de ordem pessoal nomeadamente consultas médicas agendadas há bastante tempo, o conselheiro Filipe Daniel devido a uma consulta com o filho, a conselheira Sandra Teotónio devido à realização de uma pequena cirurgia e a conselheira Marta Caetano por compromissos profissionais. Foi ainda informada pelas conselheiras Maria Guedes e Lília Marquês que por motivos profissionais irão chegar atrasadas a esta reunião.

A presidente comunicou que recebeu via email, um pedido por parte da FERLEI, Federação Regional de APEE de Leiria a solicitar a(s) convocatória(s) da(s) Assembleia(s) Geral(ais) de Associações de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento referente à eleição do(s) representante(s) atualmente em exercício no Conselho Geral. Encaminhou o email para as Associações de Pais e Encarregados de Educação representadas neste órgão e aguarda resposta.

A conselheira Lília Marquês e representante da Associação de Pais e EE do Furadouro, informou que a referida associação não pertence a esta Federação pelo que a mesma não tem legitimidade para solicitar este ou qualquer documento.

Ponto 2 - Análise e aprovação da ata da reunião nº6.

Dando cumprimento ao ponto dois, a ata foi colocada à aprovação, tendo a mesma sido aprovada por 12 votos a favor, correspondentes aos conselheiros presentes naquela reunião.

Ponto 3- Aprovação da proposta de alteração ao Regulamento Interno, referente aos "Quadros de valor"

A Presidente do Conselho Geral apresentou, a pedido do senhor Diretor de Agrupamento, a proposta de alteração ao Regulamento Interno, aprovada em reunião de Conselho Pedagógico de 20 de julho de 2022, nomeadamente no artigo 91 que define as regras na atribuição dos Quadros de Valor. Assim a proposta para um aluno constar no Quadro de Valor passa a ser apenas feita apenas no final do ano

letivo, na reunião de 3º período. Por outro lado, acrescentou-se um critério de seleção. Esta alteração foi aprovada por 16 votos a favor. O conselheiro Paulo Gonçalves sugeriu que o critério 3 - “c.3. praticar a defesa do ambiente escolar”, fosse revisto oportunamente em Conselho Pedagógico no sentido de o tornar mais claro e específico.

Neste momento deu entrada na reunião a conselheira Lília Marquês, representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Furadouro.

A conselheira Beatriz Correia, representante dos alunos, sugeriu ao Sr. Diretor de Agrupamento a existência de um critério, menção ou prémio que se aplique aos alunos de mérito académico e que simultaneamente participam em atividades desportivas ou outras, fora do âmbito escolar, com resultados relevantes. O senhor Diretor José Santos e a representante do Município, Ana Margarida Reis referiram que iriam considerar essa possibilidade.

Ponto 4: Deliberação sobre a recondução do diretor do Agrupamento Josefa de Óbidos; (cfr. art.º 25.º, n.º 2 e 3b, do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril)

A conselheira Maria Guedes, representante da Aces Oeste Norte, compareceu na reunião a partir deste ponto.

A Presidente do Conselho Geral deu a possibilidade aos conselheiros de solicitarem esclarecimentos ou colocarem questões ao Sr. diretor. O Sr. Diretor, no uso da palavra, afirmou que no seu mandato foram construídas relações com todos os intervenientes da comunidade escolar. Referiu ainda que todos passaram por uma altura muito complicada e atípica a que todos tiveram de se adaptar (tempo de pandemia) e apesar de todas as dificuldades conseguimos ter hoje mais alunos, o controle da disciplina é uma realidade, foi realizada manutenção dos edifícios e de forma global o que se propôs foi concretizado. Disse ainda estarem preparados para continuar, ter uma equipa com vontade de explorar as dinâmicas que construíram e criar mais sinergias. Referiu ainda que a nossa Escola não parou durante os dois anos de pandemia e que acompanhou alunos, docentes e famílias de forma eficaz.

O conselheiro Ricardo Carreira usou da palavra afirmando que no projeto de intervenção apresentado pelo Diretor existem vários objetivos por cumprir. Questionou se o Sr. Diretor considera que os propósitos enunciados no projeto de intervenção estão atuais para uma possível recondução ou se poderão ser alterados. O Sr. Diretor respondeu que o projeto que apresentou não se limita a quatro anos de mandato, tendo objetivos para concretizar a longo prazo, e, como tal, se houver necessidade os propósitos serão alterados de acordo com a realidade. Sendo assim, e depois de ouvido o senhor Diretor José Santos e de esclarecidas algumas questões colocadas pelos presentes, a Presidente do Conselho Geral agradeceu a apresentação feita pelo diretor, que se retirou.

A Presidente do Conselho Geral, deu continuidade à reunião informando os conselheiros que, de acordo com o artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, no ponto 3, refere que " A decisão de recondução do diretor é tomada por maioria absoluta dos membros do conselho geral em efetividade de funções,

não sendo permitida a sua recondução para um terceiro mandato consecutivo". A reunião continuou sendo dada a palavra aos conselheiros que manifestaram desejo de intervir.

O Conselheiro Paulo Gonçalves usou da palavra afirmando que a recondução do Diretor é um assunto relevante para a vida da Escola. Nesse sentido, continuou dizendo que todos queremos um bom Diretor, bom gestor dos recursos humanos e financeiros, que introduza a partilha, o bom ambiente, que seja o motor da vida na Escola, um exemplo de equidade, de confiança, de princípios e valores morais. Na sua opinião, votar a favor seria afirmar que tudo está bem. Referiu ainda que temos de ser melhores com este ou com outro Diretor. Querer um concurso é querer mais projetos, mais ideias, mais renovação, que precisamos de um bom projeto para levar a nossa Escola mais longe. Um concurso permitia-nos discutir, escolher, analisar e decidir o melhor projeto para a Escola.

De seguida, a Conselheira Lília Marquês afirmou que, em conjunto, podemos colaborar para que as lacunas que existem possam desaparecer, encontrar e trabalhar em soluções.

A Conselheira Catarina Vargas concordou que existem problemas, mas na sua opinião também há soluções e temos de trabalhar em conjunto para resolver as situações que surgem, não as omitindo.

A Conselheira Elisabete Linto, na sequência da afirmação do Sr. Diretor que temos mais crianças a frequentar o nosso Agrupamento, questionou os critérios de aceitação das mesmas e reforçou a necessidade de os professores terem acesso ao processo das crianças, antecipadamente, a fim de dar uma resposta mais eficaz, à semelhança do que acontece com outras escolas. Referiu ainda um caso especial de uma criança com alguns comportamentos desafiantes, que foi integrada numa turma também ela já complicada, o que veio causar dificuldades acrescidas na prática docente.

Em resposta a estas afirmações a Conselheira Maria Guedes reforçou a ideia de que temos todos o dever de dar uma segunda oportunidade às crianças, e que os docentes não podem rotular as crianças apenas porque são provenientes de zonas consideradas complicadas.

Ficou ainda evidente, na opinião de diversos conselheiros a falta de recursos humanos para apoiar de forma eficaz e significativa os alunos que de modo geral apresentam mais desafios a diferentes níveis. O Conselheiro Ricardo Carreira concordou com o Conselheiro Paulo Gonçalves, nomeadamente na necessidade de querer sempre a melhor solução, e discordou com a falta de projeto de intervenção. Concordou também com a conselheira Lília Marquês, nos contributos que o Conselho Geral deve dar o para o Diretor melhorar a sua gestão, que devem verificar-se, também, em cada estrutura em que se tem lugar. Revelou ter ouvido informalmente diversos docentes sobre a recondução do Diretor, para melhor tomar a sua decisão, enunciando os critérios que agora se deverão considerar. Valorizou a estabilidade na gestão como um fator importante, não decisivo, que deve ser equilibrado com outros.

A Presidente do Conselho Geral salientou o papel da escola e de toda a comunidade educativa na identificação e compreensão das desigualdades e na contribuição para a inclusão de todas as crianças e jovens, num ambiente de proximidade e de afeto.

Após este período de reflexão, a Presidente do Conselho Geral questionou os presentes se estavam suficientemente informados e elucidados para passarmos à votação. Não se tendo verificado

necessidade de mais esclarecimentos, procedeu-se à votação da recondução por escrutínio secreto. O resultado da votação foi de 9(nove) votos a favor, 7(sete) votos contra e 1(um) voto branco. A recondução do senhor Diretor do Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos, José Fernando da Silva de Sousa Santos não foi aprovada.

A Presidente do Conselho Geral face ao resultado da deliberação, observou que poder-se-ia iniciar o procedimento concursal tendo em vista a eleição do diretor, nos termos do ponto 5 do artigo 25º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, “Não sendo ou não podendo ser aprovada a recondução do diretor de acordo com o disposto nos números anteriores, abre-se o procedimento concursal tendo em vista a eleição do diretor, nos termos do artigo 22º”. Todos os presentes se manifestaram de acordo com essa proposta e passaram à indicação da Comissão Eleitoral, constituída por constituída por 5 (cinco) elementos e responsável pela abertura do procedimento concursal para o Diretor do Agrupamento.

Em conformidade, foram designados os seguintes conselheiros: Elsa Curto, Isabel Quaresma, Lília Marquês, Maria Figueiredo e Susana Isidoro, respectivamente, presidente do Conselho Geral, representante dos docentes, representante dos pais e encarregados de educação, representante dos alunos e representante do pessoal não docente. Esta comissão foi aprovada por unanimidade.

De seguida, o senhor Diretor José Santos foi convidado a integrar a reunião para tomar conhecimento do resultado da votação.

O Sr. Diretor recebeu a informação da sua não recondução e manifestou-se desapontado com o resultado. Considerando a avaliação docente de que foi alvo, lhe ter atribuída a classificação Muito Bom, afirmou não compreender esta decisão. Reforçou o facto de o Agrupamento estar em crescimento, do percurso que tem sido cada vez sólido, que sempre trabalhou em cooperação com todos, aceitando que haverá sempre espaço para melhorar. Referiu ainda necessitar de tempo para refletir e para decidir se irá concorrer ou não a um novo mandato.

A Presidente do Conselho Geral usou da palavra, afirmando ao Sr. Diretor que este momento não deverá ser encarado como um ponto final, mas como uma oportunidade de continuar a trabalhar em prol do Agrupamento.

Ponto 5 - Outros assuntos.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada esta reunião do Conselho Geral e se lavrou a presente ata que será assinada pela Presidente do Conselho Geral, Elsa Curto e pela secretária que redigiu a ata.

A Presidente do Conselho Geral

Elsa Maria S. Curto

A Secretária

Fátima Santos